

v. 01, n° 01 - jan/jun 2021

ISSN 2763-8685



# LATIN AMERICAN JOURNAL OF EUROPEAN STUDIES



Co-funded by the  
Erasmus+ Programme  
of the European Union



# Table of Contents

<b>Editorial</b>	<b>6</b>
<b><u>DOSSIER: EU-Latin America trade and investment relations</u></b>	
<b>Las relaciones Eurolatinoamericanas en el marco de la nueva política comercial de la Unión Europea</b>	<b>14</b>
<i>Carlos Francisco Molina del Pozo</i>	
<b>Environmental conditionality in Eu-Latin America trade relations</b>	<b>38</b>
<i>Giulia D’Agnone</i>	
<b>El derecho de los tratados en el arbitraje de inversión intra-Unión Europea</b>	<b>64</b>
<i>Rafael Tamayo-Álvarez</i>	
<b>Sistema de solución de controversias en materia de inversiones en los tratados negociados por la Unión Europea con México y el Mercosur (2019/2020): Un estudio comparativo</b>	<b>109</b>
<i>Gabriela Teresita Mastaglia</i>	
<b>Uma década de política europeia de investimento estrangeiro – balanço e perspectivas futuras</b>	<b>139</b>
<i>Maria João Palma</i>	
<b>Unión Europea-América Latina y el Caribe: comercio e inversión y el acuerdo de asociación Unión Europea-Mercosur en su pilar comercial y sus potenciales efectos en el sector agroindustrial</b>	<b>157</b>
<i>Silvia Simonit</i>	
<b>La integración Centroamericana y el acuerdo de asociación entre esa región y la Unión Europea</b>	<b>200</b>
<i>Nancy Eunice Alas Moreno</i>	

**A cooperação jurídica dentro da União Europeia e do Mercosul: 231**

a agilização do processo civil internacional no âmbito da regionalização

*Marcel Zernikow*

**A abertura ao comércio internacional da contratação pública no Brasil: 254**

entre o Acordo sobre Compras Governamentais (GPA) e o acordo EU/Mercosul

*Nuno Cunha Rodrigues*

**ARTICLES**

**Data protection implications through an inner-connected world: 297**

European Union's contributions towards the brazilian legislative scenario

*Beatriz Graziano Chow*

*Clarisse Laupman Ferraz Lima*

**A União Europeia e a questão Turco-Cipriota: 319**

aspectos normativos, geopolíticos e migratórios

*Clarice Rangel Schreiner*

*Eveline Vieira Brígido*

*Roberto Rodolfo Georg Uebel*

**INTERVIEW**

**Por uma aliança estratégica Mercosul e União Europeia: 356**

O papel da Europa para o fortalecimento da Sustentabilidade  
Entrevista com Ignacio Ybañez - Embaixador da União Europeia no Brasil

*Jamile Bergamaschine Mata Diz*

# Por uma aliança estratégica Mercosul e União Europeia:

O papel da Europa para o fortalecimento da  
Sustentabilidade

## Entrevista com Ignacio Ybañez:

- Embaixador da União Europeia no Brasil<sup>1</sup>

*Jamile Bergamaschine Mata Diz<sup>2</sup>*

**Jamile Mata Diz:** Excelentíssimo Senhor Embaixador Ignacio Ybañez, é um prazer em tê-lo conosco. Esta entrevista é parte integrante da Revista vinculada ao Jean Monnet Network BRIDGES, coordenado pela Professora Aline Beltrame de Moura, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e que conta com a participação de várias universidades nacionais e estrangeiras. O foco principal desta entrevista é debater sobre as relações entre a União Europeia e o Mercosul, bem como com o Brasil; além de questões relativas à cooperação entre ambas as regiões.

Considerando o atual cenário e as negociações para a entrada em vigor do Acordo Mercosul-União Europeia, entendemos ser necessário compreender quais os principais impactos do referido

---

1. Entrevista concedida via plataforma Google Meet no dia 02/12/20 às 16h e transcrita por Gabriel Henrique Trevisol, graduando em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista PIBIC-CNPq na área de Direito e Políticas da União Europeia. Membro do Centro Europeu de Estudos Latino-Americano (UFSC).

2. Coordenadora do Centro de Excelência Europeu UFMG. Cátedra Jean Monnet UFMG. Professora da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Professora da UIT e da FDMC.

acordo, especialmente num contexto de pandemia e recessões econômica e social global, bem como de refletir com a sociedade civil e os atores não-governamentais a respeito.

Nessa linha, nossa primeira pergunta se refere à chamada “crise do multilateralismo” – como apontada por alguns especialistas – e sobre o conseqüente incremento do protecionismo, dadas as condições econômicas e sociais atuais. Passados 20 anos desde o início das negociações entre a UE e o Mercosul, todas as cartas estão finalmente “sobre a mesa” e o acordo encontra-se na fase final de revisão técnica e tradução para posterior entrada em vigor. Com um mercado de mais de 250 milhões de habitantes, o Mercosul vem conquistando cada vez mais a atenção dos investidores europeus, mas ainda há forte resistência em relação à chamada “agenda extracomercial” prevista no Acordo.

Pergunto: o Acordo Birregional – que vem enfrentando fortes desafios políticos na Europa – poderia ser objeto de novas rodadas de negociações, com a reabertura do pilar “diálogo político” em virtude de temas não-comerciais? Haveria, na opinião de Vossa Excelência, algum risco de que o Acordo realmente não seja ratificado pelas partes, vedando a conseqüente entrada em vigor e aplicação?

**Ignacio Ybañez:** Muito obrigado. É um sempre um grande prazer para a Delegação Europeia participar dos trabalhos da Rede Jean Monnet, sobretudo no que se refere à relação entre a União Europeia e o Mercosul, e mais especificamente, com o Brasil. Sempre quando respondo à estas perguntas, busco fazer referência

ao trabalho das minhas autoridades, visto que a função de um embaixador é, sobretudo, cumprir com as instruções que recebe.

Recentemente, o novo Comissário Europeu para o Comércio, Valdis Dombrovskis, compareceu perante o Parlamento Europeu – que controla a atividade da Comissão Europeia – para apresentar o seu programa para a área. E no tocante ao Acordo EU-Mercosul, o comissário destacou três elementos que devem ser considerados conjuntamente. O primeiro é a firme convicção da União Europeia de que o Acordo é excelente para ambas as partes envolvidas e deve ser defendido; um acordo condizente com os tempos atuais e que chega em um momento importante, visto que estamos assistindo um ataque contra o livre comércio e a defesa de interesses nacionais frente à cooperação e frente aos acordos comerciais.

O segundo refere-se ao fato de que, agora, contudo, não existem todas as condições suficientes para ir adiante com a assinatura e o processo de ratificação, pois a confiança está fragilizada. Ela não ocorre porque os grandes valores que a UE e o Mercosul defendem, como a defesa da democracia, a promoção e proteção dos direitos humanos, o Estado de Direito, a livre concorrência econômica, além da sustentabilidade, valores nos quais o Acordo está baseado, estão sendo postas em questão por algumas atuações, em particular, do Brasil, no que se refere à Amazônia.

O forte aumento do desmatamento observado nos anos de 2019 e 2020 na região amazônica – sobretudo, visto que o desenvolvimento sustentável é uma das cláusulas do Acordo UE-Mercosul – aumenta a preocupação por parte dos Estados da

União Europeia. Vimos isso em discussões dentro do Parlamento Europeu, e dentro dos Parlamentos Nacionais, e essa preocupação foi acolhida pelo Comissário Dombrovskis, que considerou a situação como um “fator de espera” para a consolidação do Acordo.

O terceiro, complementar aos anteriores, é a necessidade de reestabelecer essa confiança, sem precisar reabrir as negociações e modificar o texto do Acordo – algo pouco realista, devido aos 20 anos de negociações, e tampouco útil. Isso só vai ser possível se a parte brasileira, dentro do conjunto dos países do Mercosul, mantiver os compromissos políticos mencionados e que o lado europeu tenha convicção que estes serão respeitados.

Essa é a parte onde estamos agora. O Comissário Dombrovskis, depois dessa fala e com o apoio do Parlamento Europeu para sua gestão, contactou o governo brasileiro, primeiro, há algumas semanas, com o Ministro Ernesto Araújo –, estabelecendo um diálogo bastante positivo.

Na semana entre os dias 23 e 27 de novembro de 2020, o Comissário teve também a oportunidade de falar com o Vice-Presidente e Presidente do Conselho Amazônico – que faz o exercício de coordenação da administração brasileira para enfrentar a situação na região amazônica –, Hamilton Mourão, e recebemos a mesma mensagem. O Brasil compreende a preocupação europeia e quer contribuir do seu lado para reestabelecer a confiança. Se conseguirmos um documento em que esses compromissos políticos sejam observados, com o mútuo acordo das partes; se pudermos reestabelecer essa confiança, a Comissão Europeia

levará adiante a assinatura do Acordo e sua consequente entrada em vigor.

Junto a isso, estamos fazendo um esforço para transmitir informações adequadas para a sociedade civil brasileira e europeia. Nós, da Delegação Europeia, estamos organizando e realizando uma série de workshops com organizações civis brasileiras para explicar melhor o acordo, sobretudo, o capítulo sobre "Comércio e Desenvolvimento Sustentável". Atividades muito importantes para demonstrar que o Acordo UE-Mercosul quando entrar em vigor, vai servir para responder todos os desafios do desenvolvimento sustentável tanto por parte do Mercosul quanto da própria União Europeia.

**J:** Há uma grande preocupação, não só por parte da sociedade civil, mas, especificamente, por parte dos especialistas que estudam o desenvolvimento sustentável, sobre a compatibilidade entre o *Green Deal* proposto e aprovado pelas instituições da União Europeia no final do ano passado e início deste ano e o Acordo com o Mercosul. Os especialistas apontam para a possibilidade de que o primeiro tenha certos elementos contraditórios com o segundo.

Como o senhor bem disse, o desenvolvimento sustentável é um objetivo e um valor da União Europeia, tal como do Brasil e do Mercosul. Em sua perspectiva, haveria incompatibilidade entre o *Green Deal* e o Acordo UE-Mercosul, considerando-se a postura brasileira em relação ao meio ambiente? Como o senhor vê a possibilidade de compatibilizar as duas propostas, sendo que a



proposta europeia é bastante ambiciosa, trazendo, inclusive, como objetivo a neutralidade climática até 2050?

**IY:** Eu diria que não. O Green Deal está baseado em dois grandes pilares. Um deles é o do trabalho multilateral — e outro é a nossa agenda coletiva, que teve influência de todos os membros das Nações Unidas. Não somente essa agenda está totalmente inserida no Acordo UE-Mercosul, mas também de todos os demais acordos internacionais considerados importantes.

Um destes é o Acordo de Paris, onde a União Europeia teve um papel de liderança importante, pois nós acreditamos que os desafios da mudança climática realmente devem ser enfrentados conjuntamente. o Acordo de Paris estabelece os compromissos, logicamente adaptados, primeiro à realidade individual de cada país – os que mais contaminaram tem que responder de uma forma mais intensa, e os que menos contaminaram, menos – e segundo, conforme a capacidade de cada um – um país rico e um país com menos condições não podem responder da mesma maneira.

Existem outros acordos internacionais igualmente importantes que continuaremos a desenvolver, como aqueles referentes à biodiversidade, que seriam assinados neste ano, mas devido a Covid-19, foram postergados para 2021. Essa questão é igualmente parte do *Green Deal* e, logicamente, nesse ponto de vista, estão também no Acordo UE-Mercosul. Por isso, insistimos que o Acordo não tem que ser mudado, não tem que ser reaberto. Não é porque não gostamos de renegociar, mas porque partimos da convicção

de que o trabalho que foi feito para chegar ao acordo foi muito bem sucedido, tal como os compromissos que lá estão.

O Acordo UE-Mercosul tem essa parte que eu comentei do comércio e do desenvolvimento sustentável, em que a base deste capítulo é justamente ter a convicção de que o comércio é bom, mas existem certos valores que devem ser protegidos pelas autoridades públicas, como é o caso dos direitos laborais, os direitos humanos e, sobretudo, da sustentabilidade. Ou seja, existem limites para o comércio e, logicamente, é o desenvolvimento sustentável.

Então, acreditamos que o Acordo responde bem a esses desafios, sobretudo ao momento pós-Covid; e é a resposta certa para os problemas do futuro, mas também para os do curto prazo, para recuperar as economias da UE e do Mercosul. O Acordo chega em um momento adequado e o que temos que conseguir e temos que trabalhar mais, sobretudo com o governo brasileiro, é o restabelecimento da confiança, que foi abalada com a situação na Amazônia e com a preocupação no tocante aos direitos dos povos indígenas que lá habitam.

**J:** Mudando o foco da nossa entrevista, a pandemia trouxe relevantes desafios para a integração regional europeia e incertezas em relação ao avanço de medidas destinadas a reforçar a solidariedade e diminuir as assimetrias entre os membros. Há uma clara discussão sobre os pacotes econômicos de ajuda e recuperação aos Estados, caso da aprovação do *Next Generation*. Vossa Excelência acredita que haverá realmente um compromisso de todos os Estados em adotar as medidas necessárias para conter a crise econômica e

social? Como o debate sobre as ajudas econômicas pode afetar as relações com terceiros países, especialmente o Mercosul e mais especificamente o Brasil?

**IV:** Acredito que vocês, como estudiosos do projeto europeu, sabem melhor do que eu mesmo como a história da União Europeia foi construída e como ela avançou. Os fundadores do bloco já falavam dessa ideia de que ele progrediria através de crises. São desafios a serem enfrentados, então, nesse sentido, é possível perceber que os grandes momentos de avanço do processo de integração europeu ocorreram depois de crises como a atual.

Contudo, o processo parece ser sempre o mesmo. No início, em qualquer crise, é difícil de lutar contra ela, e isso ocorreu também com a Covid.

Temos que reconhecer que a primeira reação da União Europeia não foi a melhor em relação a Covid. Os Estados-membros optaram por uma solução mais nacional; tentou-se resolver a situação em cada um dos lugares separadamente, esquecendo que a União Europeia está baseada na cooperação e na solidariedade – estrutura que não funcionou bem e foi reconhecida pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, que estabeleceu coletivamente uma *mea culpa* a esse respeito.

Depois dessa primeira surpresa e desconcerto, fez-se realmente um grande esforço conjunto dos Estados-membros. É verdade, ademais, que a UE está entrando no âmbito da saúde – âmbito de competência nacional dos Estados-membros –, então é sempre mais difícil fazer esse esforço quando essas competências são

nacionais, mas compreendo que os Estados perceberam que, nesta situação, ou todos saíamos juntos ou não saíamos. Isso não apenas é verdade para a União Europeia, mas também em âmbito internacional; que você não vai sair sozinho da crise da Covid.

Ante uma resposta necessária de curto prazo, passou-se a pensar qual era o plano para o futuro. E nesse momento, iniciou-se um debate que não é novo na União Europeia, sobre como reunir recursos, pois hoje, a principal forma de se financiar as ações e programas europeus são as contribuições dos Estados-membros. Existe todo um processo que depende logicamente do nível de desenvolvimento de cada um dos países; há países que dão mais dinheiro do que recebem e outros que recebem mais do que dão, essa é a ideia da solidariedade europeia. Mas chegar ao ponto em que a União Europeia recorreria ao mercado de dívida pública – mesmo tendo uma boa avaliação nesses mercados – e pedisse, em seu próprio nome, dinheiro para investi-lo nos países era ainda um assunto de muitas reservas por uma parte dos membros, sobretudo por parte dos contribuintes natos – foi o caso da Alemanha, dos Países Baixos, dos Países Nórdicos. Países mais ao sul da União Europeia, como a França, a Espanha e a Itália, tinham, pelo contrário, uma visão mais favorável a esse assunto; de que se deveria dar esse próximo passo adiante. No passado, não conseguimos dar esse passo. É verdade que tentamos muitas vezes.

Nesta atual crise, fizemos esse esforço. Tivemos negociações duras, devido ao grande conjunto de diferentes posições, mas se chegou, pela primeira vez, a uma decisão. É verdade que essa

decisão é limitada pelo tempo, justamente para criar esse esforço coletivo – o *Next Generation EU* –, esse pacote de 750 bilhões de euros para responder justamente a esse momento. Neste caso, será a União Europeia que irá aos mercados, utilizando-se da sua boa avaliação, para receber empréstimos em condições muito mais vantajosas, principalmente se comparadas a muitas das condições que poderiam ser oferecidas aos países individualmente se fossem ao mercado. Esse dinheiro “europeu” será utilizado para essa recuperação, para reestabelecer a atividade econômica, apoiando os trabalhadores que perderam o seu emprego e as empresas, mas também na forma de empréstimos que a Comissão Europeia poderá dar para os Estados-membros.

O que será feito é uma mudança bem importante e estes recursos serão utilizados, sobretudo, no financiamento do *Green Deal* e na transformação digital, conforme acordado pelos membros. Cada euro deverá ser utilizado para esse processo de transformação e não poderá ser utilizado para financiar e fazer as mesmas coisas que fazíamos no passado. Vamos ter que mudar as nossas formas de comunicação, de transporte, de geração e consumo de energia sustentável. A ideia da Comissão Europeia é usar esses maciços e importantes recursos públicos que chegarão para a transformação após a crise da Covid.

Obviamente, esse será um processo complexo e bastante exigente para nossas economias e nossas empresas terão que fazer uma transformação bastante grande. Contudo, a União Europeia está ciente de que não está sozinha no mundo, mas acredito que o esforço que será feito nos próximos anos será

bastante positivo para a Europa, e para o conjunto dos países da comunidade internacional, afinal precisaremos de parceiros que irão nos acompanhar. Este é o desafio que temos. E estamos também pensando nesse esforço do programa *Green Deal* para além das nossas fronteiras.

Um bom exemplo recente ocorreu em Brasília, onde fizemos uma apresentação do nosso programa no Itamaraty para secretários do governo que trabalham nessa área e que fizeram uma proposta ao Ministro de Relações Exteriores brasileiro para realizar uma reunião em maior nível. Em reunião ocorrida em 7 de outubro de 2020, com a presença de diversos Ministros e autoridades nacionais chegou-se a um diálogo bastante positivo, em que o Brasil expôs as suas ideias para combater os efeitos da Covid, e tenho que reconhecer o esforço financeiro importante feito pelo país, um esforço de mudança no sistema econômico, com uma maior abertura econômica, redução da burocracia, em favor da sustentabilidade.

A nossa ideia é conseguir parceiros e o Brasil tem que ser um deles, justamente para promover essa transformação das nossas economias, aproveitando uma situação preocupante de crise. Somente poderemos respondê-la por meio de grandes iniciativas, seja nesse caso por meio do pacote do *Next Generation EU*, mas também pelo próprio orçamento da UE, que estará destinado para esse ponto de vista sempre olhando para um futuro sustentável.

**J:** Uma outra pergunta que gostaria de fazer se refere ao papel da União Europeia enquanto ator global. O bloco sempre foi

considerado por muitos especialistas e por outros Estados e Organizações Internacionais como uma liderança global, cujas decisões influenciam e podem até orientar a política internacional. Na atual circunstância pandêmica, contudo, existem especialistas que tentam minimizar o papel da União Europeia como uma liderança global ao focalizarem a discussão somente entre as relações Estados Unidos-China.

Como o senhor analisa o papel da União Europeia como ator global neste momento? Quais as ações europeias que podem ter maiores impactos sobre o mundo em que nos encontramos atualmente? Poderia a União Europeia servir como exemplo para os demais Estados no caso, por exemplo, do combate a Covid-19 e os esforços para encontrar uma vacina e disponibilizá-las aos cidadãos?

**IV:** Eu diria que o projeto europeu sempre deve ser analisado a partir da sua origem, de onde viemos e para onde queremos ir. Somos um continente que teve uma história bastante dramática, um século XX em que colecionamos horrores. Guerras, ditaduras no oeste e no leste europeus, fatos como o Holocausto e os *Gulags*. Nesse sentido, o projeto europeu surge como uma reação ao radicalismo. Os pais fundadores da União Europeia tiveram como primeira prioridade o estabelecimento e a consolidação de um projeto de paz no continente, cujo objetivo era promover uma cooperação feita entre os países do continente, que não tínhamos alcançado durante a primeira metade do século XX.

Com o resto do mundo, a União Europeia não almejava construir uma relação de poder, visto que, no tempo da criação, a UE não tinha o mesmo poder que os Estados Unidos e tampouco União Soviética, que eram os dois principais atores naquele momento. E isto é um fenômeno que se observou também no decorrer do tempo.

No ponto de vista econômico, conseguimos um desenvolvimento excepcional saindo de uma guerra que tinha arrasado nossas pessoas, nossas indústrias e negócios, e conseguimos, dentro do cenário internacional, nos tornarmos um ator econômico importante. Se hoje você olha as grandes economias do mundo, você tem logicamente os Estados Unidos, uma China em crescimento, mas a terceira área econômica mais importante é a União Europeia. Se você compara a União Soviética que aspirava ser um modelo para substituir a União Europeia, hoje a Rússia, mesmo sendo um país importante e de grande capacidade militar, no aspecto econômico, não se compara ao bloco.

É verdade que, do ponto de vista da presença global da União Europeia, tivemos um retraimento e agora estamos em um momento de reafirmar a nossa presença no mundo. Queremos ser um projeto diferente do projeto chinês, diferente do projeto norte-americano. Logicamente, temos muitas mais coincidências com os Estados Unidos do que temos com a China, na medida em que compartilhamos valores como a democracia, o respeito aos direitos humanos, a crença na livre empresa, e não temos essa semelhança com o lado chinês. Contudo, não queremos ser os Estados Unidos. Queremos ser uma União da Europa, mas não



substituir ou competir com os Estados Unidos, no ponto de vista de potência.

Nós achamos que o mundo que temos que enfrentar agora e que vamos enfrentar no futuro não é mais um mundo bipolar, não é aquele dos Estados Unidos e da Rússia, mas sim um mundo em que os Estados Unidos e a China vão ser os grandes atores do presente e do futuro e temos de conseguir nos relacionar com ambos. O que queremos oferecer como União Europeia é um modelo próprio, baseado, primeiro, em uma autonomia estratégica. Precisamos ser mais fortes no nosso interior, como, por exemplo, em âmbito de defesa nacional; temos que fazer um maior esforço para sermos mais autônomos. Somos ainda muito dependentes dos Estados Unidos, ainda que queiramos manter uma relação muito próxima com eles e acreditemos na OTAN como um meio de cooperação militar muito positiva.

E segundo, temos que também ser uma voz mais forte no âmbito multilateral. É normal chegar em Bruxelas e observarmos posições diferentes dos países do norte com os países do sul do bloco, mas ao fim, chegarmos em acordos. E o mesmo ocorre no meio internacional. Tentamos buscar acordos nas áreas importantes, mesmo com posições distintas entre os países. Por exemplo, no âmbito das mudanças climáticas, o Acordo de Paris representou um excelente resultado. Mesmo com interesses diferentes, a China e a União Europeia foram aliados. O Brasil também foi um ator essencial nessas negociações e nós acreditamos que o Brasil, olhando para o futuro, deva continuar com esse papel ativo.

Então, o que queremos fazer como ator global é continuar respeitando uns aos outros, identificar um caminho diferente – o nosso próprio caminho –, que acredita muito mais na multilateralidade do que na unilateralidade. Compreendemos que a China e os Estados Unidos têm projetos que observam mais o conjunto global; nós somos mais modestos. Mas sim, acreditamos que, para nós – e entendo ser também o caso brasileiro –, devemos defender as organizações internacionais, seja a ONU, a OMC ou a OMS

Esperamos também que com a mudança decorrente das eleições nos Estados Unidos, tenhamos um aliado mais próximo, compartilhando os mesmos valores que já compartilhávamos. Se pudermos trabalhar juntos, se os Estados Unidos voltarem ao Acordo de Paris, chegarem com força na OMC, podem contar com a União Europeia, pois iremos defender os mesmos interesses. Para nós, o duro das organizações internacionais é que você sempre tem que trabalhar mais para defender seus interesses. Você não pode sair pela porta e dizer “eu não gosto disso e estou indo embora”; isso não é bom. Você tem que ser sempre ativo em quesitos de multilateralismo e a União Europeia está preparada para fazer isso, insistindo, sobretudo, nessa ideia da autonomia estratégica.

**J:** Passando à última pergunta, é interessante ressaltar a importância das Delegações da União Europeia no sentido de disseminar, estreitar e consolidar os laços comerciais, mas também de uma cooperação mais ampla com terceiros países, como é o caso do

Brasil, uma vez que a União Europeia possui recursos humanos, econômicos e tecnológicos destinados também a fomentar a participação da sociedade civil, como por exemplo, por meio de estudos em matéria de integração – como é o caso do programa ERASMUS+ e o programa Jean Monnet –, bem como do fomento às pequenas e médias empresas, entre outros.

Nesse sentido, quais são os principais programas e ações que a União Europeia desenvolve no Brasil por intermédio da Delegação da União Europeia? Vossa Excelência poderia indicar quais são as principais demandas que envolvem a cooperação entre o Brasil e a União Europeia?

**IV:** Reitero outra vez o agradecimento que nós temos ao esforço conjunto dos programas. O Brasil é um país que usa dos ERASMUS de uma forma excelente, tem sempre os melhores resultados, fruto do trabalho dos estudantes. Os brasileiros e brasileiras, sobretudo na pós-graduação, conseguem a cada ano bater os recordes e estar lá na ponta. E como não lembrar do esforço da rede Jean Monnet, que, para nós, é muito positivo.

Eu faria, em primeiro lugar, uma reflexão, um convite aos colegas pesquisadores. Sou diplomata espanhol; vocês sabem que o Serviço Europeu de Ação Externa (EEAS) – que está celebrando 10 anos da sua criação pelo Tratado de Lisboa – se nutre, por um lado de diplomatas próprios das instituições, que trabalham no âmbito próprio do EEAS e também da Comissão Europeia; e outra parte estabelecida pelo próprio regulamento do Serviço Europeu de Ação Externa, com 30% de diplomatas oriundos dos Estados-membros. Trabalhamos para o EEAS por um tempo limitado, não

vou ficar para sempre neste posto aqui no Brasil; posso ter outro posto dentro do Sistema, mas após dois postos ocupados, tenho que retornar ao serviço diplomático da Espanha. E todas as vezes em que eu chego com a ideia de “delegação”, percebo que o conceito próprio é um pré-Lisboa, porque era justamente quando a União Europeia não tinha a personalidade jurídica internacional – temos ela graças ao Tratado de Lisboa, em que os membros consideraram que as delegações deveriam ser embaixadas. Somos, em realidade, embaixadas da União Europeia ao redor do mundo, contudo continuamos a utilizar o nome de “delegação”, pois muitas pessoas nos conhecem por esse nome ainda. Meu último posto foi na Rússia, por exemplo, e mesmo com a sua relação às vezes complicada com o bloco, reconhecem o título de Embaixador, e coloca a Embaixada da União Europeia no lugar correspondente ao das tradições diplomáticas. Contudo, o Brasil, curiosamente, é um dos poucos países no mundo e o único do G-20, que entende que o Embaixador da União Europeia é como um Embaixador de uma Organização Internacional, mesmo que o bloco não seja apenas uma Organização e tendo uma personalidade jurídica própria.

A delegação tem um trabalho imenso, pois a relação com o Brasil é uma relação muito abrangente. Eu entendo que estamos atendendo e agindo em todos os setores que são importantes para o Brasil e para União Europeia, estabelecendo vínculos de cooperação. Isso faz com que nós sejamos uma das delegações ou embaixadas maiores da Europa na América Latina e possivelmente do mundo. Somos uma das poucas embaixadas que tem um “número 2” reconhecido pela sede, ou seja, temos uma pessoa

que possui a posição de “chefe externo” na delegação – o que não ocorre na maioria dos países do mundo e nenhum outro da América Latina.

Se eu tivesse que escolher uma área em que a relação é mais positiva entre Brasil e União Europeia, eu escolheria o mundo da pesquisa, não somente científica, mas técnica. Há uma conexão entre o mundo acadêmico, o mundo da ciência brasileiro e europeu que é muito forte e funciona muito bem. Existem outras áreas importantes, como o setor energético, que, neste caso, está sendo estruturado através de um instrumento de política externa similar ao Jean Monnet, por meio de diálogos. Mesmo no âmbito das mudanças climáticas, que apesar de algumas situações e posições do governo brasileiro, temos feito coisas muito boas, como na aplicação do Acordo de Paris, encontrando projetos concretos nos estados brasileiros para investimento que sejam já uma realização da transformação pretendida pelo Acordo, acompanhando os esforços dos governadores estaduais que buscam combater as mudanças climáticas – recebemos uma carta conjunta dos governadores brasileiros sobre essa temática. Então, diria que o âmbito do nosso trabalho é tão grande quanto a nossa vontade de relacionamento entre a União Europeia e o Brasil.

Logicamente, se o Acordo UE-Mercosul for aprovado, devido à sua natureza associativa e não apenas comercial, este terá todo um componente de cooperação, habilitando, inclusive, que a sociedade civil brasileira e europeia sejam incorporadas nesse diálogo e nesse processo de implementação. Elas terão um papel de fiscalização do trabalho que os governos farão, e terão a possibilidade de avaliar

se o que fazemos é bom ou se devemos fazer mais em outra área, além de reuniões regulares entre as sociedades civis e os governos. Sem dúvida, quanto mais caminhararmos nessa linha, mais áreas de cooperação surgirão. E o Brasil é bastante exigente – ele, como me disseram, “não é para principiantes” –, então nesse sentido, há sim uma grande demanda por cooperação e tentamos responder na medida do possível.

Não conseguimos fazer tudo o que gostaríamos, mas agora que teremos um novo orçamento a partir de 2021, reveremos quais são as nossas prioridades – hoje, *Green Deal* e transformação digital –, e quanto ao âmbito brasileiro, trabalhar na questão da desigualdade, que impede o país de dar um salto adiante, e se existir espaço para União Europeia agir e cooperar nessa temática, o faremos com grande interesse.

**J:** Agradecemos a participação do Exmo. Sr. Embaixador Ignacio Ibañez que, sem dúvida, propiciou uma melhor compreensão não só dos desafios relativos ao Acordo Mercosul-União Europeia, mas que também brilhantemente forneceu dados importantes para que se possa entender o papel da União Europeia no mundo e as relações, no âmbito da cooperação entre o Brasil e a UE.